JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.07.06 07:02:46 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 6 de julho de 2023 • Nº 1595 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CASO HENRY

Gilmar manda Monique voltar para a cadeia

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes determinou ontem que a professora Monique Medeiros, acusada de matar o próprio filho, Henry Borel, em 2021, volte à prisão. Mendes analisou um recurso de Leniel Borel de Almeida Júnior, pai de Henry, que é contra manter Monique em liberdade. A ré foi solta em agosto de 2022, três dias após o STJ (Superior Tribunal de Justiça) revogar a prisão preventiva dela. Na decisão, o ministro do STF declarou que o "acórdão recorrido desconsiderou diversos elementos concretos que ampararam a imposição da prisão preventiva pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro". Monique é acusada da morte de Henry juntamente com o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho. PÁGINA 5

TRF-4

Tribunal suspende venda da Eldorado

O juiz federal Rogério Favreto, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), determinou a suspensão da venda da Eldorado Brasil Celulose à CA Investment (Brazil), empresa ligada à indonésia Paper Excellence. Na prática, a decisão representa mais uma vitória para os irmãos Joesley e Wesley Batista, proprietários do Grupo J&F, ao qual pertence a Eldorado. Em 2017, eles venderam a empresa de celulose ao grupo asiático em um negócio avaliado em R$ 15 bilhões, mas depois iniciaram uma série de disputas na Justiça para bloquear a transação. A Paper Excellence diz que não foi notificada e, por isso, não vai se manifestar. A J&F afirma ter pedido habilitação nos autos desse processo para "colaborar com as autoridades." A holding dos irmãos Batista diz, em nota, que a Paper Execellence "mentiu ao afirmar que tinha todas as autorizações para assinar o contrato de compra e venda da Eldorado em 2017". PÁGINA 4

CONGRESSO

Fiesp lança manifesto em defesa da reforma tributária

JOSE CRUZ/ABRASIL

A Fiesp lança hoje um manifesto em defesa do texto da reforma tributária que está em tramitação na Câmara dos Deputados. No documento, a entidade diz que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar se o país tiver um sistema tributário racional. "Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país. A aprovação da reforma tributária dos impostos sobre o consumo, numa primeira etapa, tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12% a 20% em até 15 anos, segundo estudos disponíveis. Isso significa, em dinheiro de hoje, R$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", escreve a Fiesp.O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**) afirmou ontem que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mira aprovar a reforma tributária com "ampla margem" na Câmara dos Deputados. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Donos de escola são denunciados por tortura

PÁGINA 5

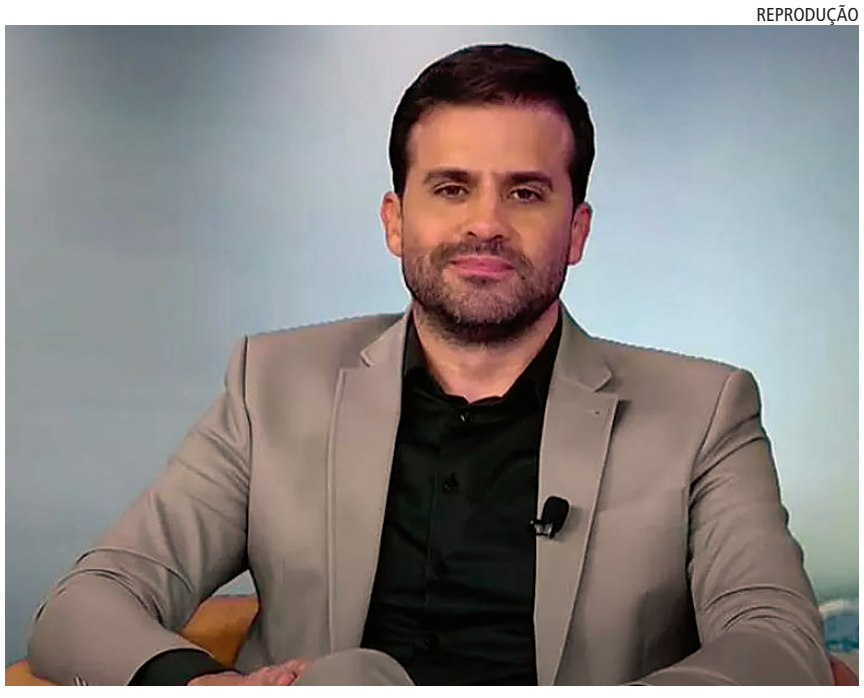
MEIO AMBIENTE

Governo da Suíça doará para Fundo Amazônia

PÁGINA 2

OPERAÇÃO

REPRODUÇÃO



Pablo Marçal é alvo da PF sob suspeita de crimes eleitorais

O *coach* Pablo Marçal (**foto**) foi alvo de uma operação da Polícia Federal ontem sob suspeita de crimes eleitorais. A corporação investiga se ele cometeu também os crimes de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e apropriação indébita nas eleições de 2022. A operação da PF que mira o coach cumpre sete mandados de busca e apreensão em Barueri e Santana de Parnaíba, na região metropolitana de São Paulo. Marçal foi pré-candidato à Presidência da República pelo PROS no ano passado, mas teve seu nome barrado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Após a decisão, ele se lançou candidato a deputado federal, mas também teve o registro indeferido pela corte eleitoral. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,4% / 119.549,21 / 472,84 / Volume: R$ 23.497.847.225 / Negócios: 3.702.898

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	8.99	+0.22	+0.02
GERDAU PN N1	25.82	–0.39	–0.10
GERDAU MET PN N1	12.23	+0.08	+0.01
COSAN ON NM	18.59	+1.53	+0.28
VALE ON NM	65.32	–0.88	–0.58

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	12.79	+6.67	+0.80
RAIADROGASILON NM	28.62	+0.63	+0.18
AZUL PN N2	20.47	–3.12	–0.66
TIM ON EJ NM	14.37	–0.69	–0.10
MINERVA ON NM	10.50	+2.44	+0.25

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	65.32	–0.88	–0.58
PETROBRAS PN N2	30.11	–0.13	–0.04
BRASIL ON NM	49.74	–0.66	–0.33
BTGP BANCO UNT N2	32.12	–0.59	–0.19
SUZANO S.A. ON NM	44.45	–0.63	–0.28

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	34.288,64	-0,38
NASDAQ Composite	13.791,654	-0,18
Euro STOXX 50	4.347,72	-0,99
CAC 40	7.310,81	-0,80
FTSE 100	7.442,1	-1,03
DAX 30	15.937,58	-0,63

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,93% (jun.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	-0,09% (jun.)	Compra: 5,3028	Venda: 5,4828
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(21/06)	13,75%	0,15	até o dia 05/jul.	Compra: 4,8571	Venda: 4,8577
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(5/7)	0,66%	BM&F/grama	R$ 293,85	Compra: 4,8497	Venda: 4,8503
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(06/2023)	0,1799%	Compra: 5,2643	Venda: 5,2650	Compra: 4,8471	Venda: 5,0271

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe com possível votação da reforma tributária

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 0,39% e fechou a 119.549 pontos ontem, apoiada pela expectativa do mercado sobre a votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados.

O dólar também teve alta e terminou o dia cotado a R$ 4,85, com valorização de 0,22%.

Mesmo com a melhora do ambiente político, os mercados futuros mantiveram a tendência do início do dia e registraram leve alta. Os juros para 2024 saíram de 12,79% para 12,81%, enquanto os para 2025 foram de 10,71% para 10,76%.

A Bolsa brasileira garantiu desempenho positivo no pregão.

Altas de ações da Magazine Luiza (1,18%) e do Itaú (0,79%), que foram as únicas dentre as mais negociadas que tiveram desempenho positivo, deram suporte ao Ibovespa (Índice Bovespa). O maior ganho do dia ficou com a BRF, que subiu 10,27% após anunciar uma oferta de ações que permitirá a concretização de um investimento da saudita Salic e da Marfrig na companhia brasileira.

Os índices de "small caps", como são conhecidas as companhias menores e mais vinculadas ao ambiente doméstico, e de consumo da B3 subiram 1,34% ontem.

Pressionaram o desempenho do Ibovespa, porém, quedas de Petrobras (0,33%) e Vale (0,98%), as maiores da Bolsa. Enquanto a petroleira passa por correção após forte valorização recente, a mineradora foi afetada por preocupações sobre a demanda de aço na China.

Em Nova York, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq caíram 0,38%, 0,20% e 0,18%, respectivamente.

BRUXELAS

Lula irá à Cúpula Celac-União Europeia

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone, na tarde de ontem, com o presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, e aceitou o convite para participar da cerimônia de abertura da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e a União Europeia, ainda este mês, em Bruxelas, na Bélgica. Até então, a ida do presidente brasileiro estava descartada, e o vice-presidente Geraldo Alckmin é quem representaria o país no encontro, nos dias 17 e 18 de julho. A cúpula não ocorre desde 2015, informou o governo brasileiro.

Ainda segundo o Planalto, Pedro Sánchez convidou o presidente Lula para a abertura do Fórum Empresarial da Cúpula, ao lado dele e da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. No fórum, deverão ser anunciados novos investimentos europeus na América Latina. A Espanha assumiu recentemente a presidência do Conselho da União Europeia.

A participação de Lula na Cúpula Celac-União Europeia ocorre no contexto em que o governo brasileiro busca modificar algumas exigências feitas pelo bloco europeu para aprovar o Acordo de Livre Comércio com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na terça-feira, durante a 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, em Puerto Iguazú, na Argentina, Lula reafirmou que está comprometido com a conclusão do acordo de livre comércio, mas que o instrumento adicional apresentado pela União Europeia em março deste ano "é inaceitável", e que o tratado precisa ser equilibrado e assegurar o espaço necessário para adoção de políticas públicas "em prol da integração produtiva e da reindustrialização".

Os aditivos enviados pela UE a serem acrescentados no acordo têm previsão de aplicação de multas em caso de descumprimento de obrigações ambientais.

2023

Ipea projeta maior alta do PIB e menor inflação

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diante dos avanços observados na economia brasileira nos três primeiros meses do ano, reviu as previsões econômicas e espera que o Brasil cresça mais e que a inflação seja menor do que o esperado anteriormente para 2023.

As novas previsões e as análises do instituto foram divulgadas ontem, na Visão Geral da Conjuntura. A nova previsão do instituto é que o Produto Interno Bruto (soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país - PIB) cresça 2,2% em 2023. A antiga previsão, até março, era de um crescimento de 1,4%. Já a inflação deve ser menor. A previsão da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,6% para 5,1% em 2023.

De acordo com o relatório, a revisão da previsão do PIB em 2023 ocorreu após o crescimento dos primeiros três meses do ano ter superado as expectativas do Ipea. A previsão do instituto para o período era um crescimento de 1,2% em relação ao período anterior, ou seja, em relação aos últimos três meses de 2022.

CONGRESSO

Fiesp lança manifesto em defesa da reforma tributária

A Fiesp lança hoje um manifesto em defesa do texto da reforma tributária que está em tramitação na Câmara dos Deputados. No documento, a entidade diz que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar se o país tiver um sistema tributário racional. "Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país. A aprovação da reforma tributária dos impostos sobre o consumo, numa primeira etapa, tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12% a 20% em até 15 anos, segundo estudos disponíveis. Isso significa, em dinheiro de hoje, R$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", escreve a Fiesp.

Assinam o manifesto entidades industriais como a Abipeças (Associação Brasileira da Indústria de Autopeças), a Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo). "O tempo e os recursos desperdiçados com a burocracia dos impostos poderão ser investidos de maneira mais produtiva. As empresas optantes do Simples continuarão nesse sistema. No caso do setor de serviços, essas empresas constituem a grande maioria", escreve a federação. O texto será publicado nos maiores veículos de comunicação do país.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, tenta iniciar a votação da reforma tributária até esta quinta-feira. No último fim de semana, o deputado começou a medir o apoio das bancadas partidárias à PEC 45 para saber quantos votos cada uma é capaz de entregar. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem que o governo de Lula mira aprovar a reforma tributária com "ampla margem" na Câmara dos Deputados.

O objetivo, segundo o titular da pasta econômica, é dar um recado de que esse é um "projeto de país". "Nossa atuação tem sido técnica, na condição de dar ao relator [deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)] as melhores condições e incorporar eventuais mudanças no texto, disse Haddad.

MEIO AMBIENTE

Governo da Suíça anuncia doações para o Fundo Amazônia

Representantes do governo da Suíça informaram, ontem, que o país fará doações em dinheiro para o Fundo Amazônia. Os recursos são usados para proteção do meio ambiente e combate ao desmatamento do bioma.

O anúncio foi feito abertura do Fórum Brasil-Suíça de investimentos, evento que está sendo realizado em Brasília.

Os valores não foram divulgados, mas, de acordo com o conselheiro suíço das áreas de Economia, Educação e Pesquisa, Guy Parmelin, as primeiras doações devem ocorrer nas próximas semanas.

Pelas redes sociais, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que também participou da abertura do evento, agradeceu a ajuda do governo suíço. "A Suíça está entre os 10 maiores investidores no Brasil, contando com 660 empresas instaladas no país. Recebemos com entusiasmo as perspectivas de doação, por parte da Suíça, de recursos para o Fundo Amazônia", disse Alckmin.

Os recursos do Fundo Amazônia são usados em ações de promoção da sustentabilidade e combate ao desmatamento na região.

Além dos recursos oriundos da Suíça, o Fundo tem previsão de receber valores doados pelos Estados Unidos, pela Noruega, pela Alemanha e pelo Reino Unido.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e funciona como uma espécie de crédito que outros países dão ao Brasil pelos bons resultados de suas políticas ambientais.

SAÚDE

Lula: governo vai pagar nove parcelas do piso da enfermagem neste ano

O presidente Lula (PT) disse, ontem, que o governo federal vai pagar nove parcelas do piso da enfermagem, incluindo o 13º, ainda neste ano.

"A companheira Nísia (Trindade) tomou a decisão, ela vai pagar o piso e o atrasado desde maio, mais o 13º para que a gente aprenda a valorizar o ser humano nesse país", afirmou o petista.

A declaração foi dada durante discurso na cerimônia de encerramento da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorre em Brasília.

Mais cedo, a ministra já havia antecipado a determinação do governo.

O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu que o piso da enfermagem deve ser pago ao setor público pelos estados e municípios, com repasse federal.

A corte também determinou o pagamento aos trabalhadores do setor privado, nos casos em que não houver um acordo coletivo entre as partes, conforme a proclamação do resultado de julgamento feita pelo relator de uma ação sobre o assunto, Luís Roberto Barroso, na noite de segunda-feira.

Em diversos momentos, Nísia foi ovacionada pelos representantes da saúde que estavam no local.

Durante seu discurso, ressaltou que a agenda da pasta é pela inclusão e pelo desenvolvimento do Brasil.

"(O objetivo é) fortalecer atenção primária, especializada, levar médico para onde precisa e levar equipes multiprofissionais", disse.

Lula também aproveitou a cerimônia para fazer um ato de desagravo à sua ministra, que vem enfrentando pressão do centrão pelo seu cargo. O petista disse que ela fica até quando ele quiser.

Em setembro do ano passado, o piso havia sido suspenso inicialmente por Barroso em ação movida pela CNS, que havia questionado a lei que instituiu o piso nacional. Na ocasião, ele havia entendido que a entrada em vigor imediata do piso poderia ter impacto na prestação dos serviços de saúde.

O governo do presidente Lula, por fim, publicou em maio projeto de lei que libera R$ 7,3 bilhões para o custeio do piso nacional da enfermagem.

Em 18 de abril, o chefe do Executivo havia assinado o PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) em cerimônia no Palácio do Planalto, mas o texto só foi agora publicado -e, portanto, oficializado.

A medida abre crédito especial no valor de R$ 7,3 bilhões em favor do Ministério da Saúde para garantir o pagamento aos profissionais do setor.

Em dezembro do ano passado, o Congresso promulgou a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que estabelecia o valor do piso de R$ 4.750 para enfermeiros, R$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

BACIAS

Governo assina contratos de exploração em Campos e Santos

O governo assinou nesta quarta-feira contratos para a exploração de quatro blocos de petróleo nas bacias de Campos, no Rio de Janeiro, e de Santos, em São Paulo. O investimento mínimo é de R$ 1,4 bilhão. O leilão ocorreu em dezembro do ano passado e gerou arrecadação de R$ 961 milhões.

Foram arrematados: Água-Marinha e Norte de Brava, na bacia de Campos, e os blocos Bumerangue e Sudoeste de Sagitário, na bacia de Santos.

Segundo o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Efrain Cruz, a expectativa é que o Brasil aumente em 109% a produção de petróleo até 2035. Além disso, o secretário afirmou que a pasta vai atuar com mão firme para explorar a Margem Equatorial, situada entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte.

A licença de perfuração do primeiro poço, na foz do Rio Amazonas, foi negada pelo Ibama.

"O Ministério de Minas e Energia não abre mão de mantermos a discussão pautada entre o equilíbrio sustentabilidade e desenvolvimento. Não podemos prescindir da margem equatorial, nós vamos atuar com mão firme para que nós possamos, cumprindo todas as etapas ambientais, explorarmos a margem equatorial, pois ali os brasileiros podem ter riquezas".

O Brasil é o nono produtor mundial de petróleo. A expectativa é que em 2030 o país alcance o pico de produção, saltando dos atuais 800 mil barris para quase três milhões de barris por dia, o que representa metade da produção nacional e dois terços do pré-sal.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

MIZHA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 18.634.114/0001-59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.103	1.954
Contas a receber de parte relacionada	8.1	1.636	819
Impostos e contribuições a recuperar		69	39
Outros ativos circulantes	5	208	221
Total do ativo circulante		6.016	3.033
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		798	1.207
Outros ativos não circulantes		20	20
Investimento em coligada	6	1.565.929	1.576.196
Imobilizado		37	48
Total do ativo não circulante		1.566.784	1.577.471
Total do ativo		1.572.800	1.580.504

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Contas a pagar	7	146	17
Contas a pagar partes relacionadas	8.2	2	258
Impostos e contribuições a recolher		95	66
Total do passivo circulante		243	341
Não circulante			
Contas a pagar	7	84.375	74.431
Total do passivo não circulante		84.375	74.431
Total do passivo		84.618	74.772
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	2.230.000	2.230.000
Capital a integralizar	9.2	(59.900)	(63.586)
Prejuízos acumulados		(681.918)	(660.682)
Total do patrimônio líquido		1.488.182	1.505.732
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.572.800	1.580.504

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		2.230.000	(63.586)	(625.469)	1.540.945
Prejuízo do exercício		–	–	(35.213)	(35.213)
Saldo em 31 dezembro de 2021		2.230.000	(63.586)	(660.682)	1.505.732
Integralização de capital	9.2	–	3.686	–	3.686
Prejuízo do exercício		–	–	(21.236)	(21.236)
Saldo em 31 dezembro de 2022		2.230.000	(59.900)	(681.918)	1.488.182

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	8.1	5.009	1.776
Resultado de equivalência patrimonial	6	(10.267)	(28.211)
Despesas gerais e administrativas	11	(6.347)	(4.805)
Outras despesas operacionais	12	(9.944)	(4.145)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(21.549)	(35.385)
Receitas financeiras	13	271	144
Despesas financeiras	13	(4)	(8)
Variação cambial, líquida	13	46	36
Resultado financeiro		313	172
Prejuízo antes dos impostos		(21.236)	(35.213)
Prejuízo do exercício		(21.236)	(35.213)
Prejuízo do exercício básico por ação (em R$)	9.3	(0,01)	(0,02)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(21.236)	(35.213)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	(21.236)	(35.213)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		(21.236)	(35.213)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação		11	6
Resultado de equivalência patrimonial	6	10.267	28.211
Provisão para "Earn-out"	12	9.944	4.145
Variação cambial, líquida	13	46	(36)
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	13	(120)	(60)
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber de parte relacionada	8.1	(816)	(819)
Impostos e contribuições a recuperar		499	1.022
Outros		13	9
Aumento (redução) em passivos:			
Contas a pagar	7	129	11
Contas a pagar a partes relacionadas	8.2	(303)	(4)
Impostos e contribuições a recolher		29	60
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.537)	(2.668)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos para aquisição de ativo imobilizado		–	(53)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		–	(53)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	9.2	3.686	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.686	–
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.149	(2.721)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.954	4.675
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	4.103	1.954
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.149	(2.721)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais: A Mizha Energia Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 7 de agosto de 2013, e é uma subsidiária integral da Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui"). A Companhia é sediada na Praia do Flamengo, nº 200 - 14º andar, Sala 1401 (parte), Rio de Janeiro (RJ). A Companhia tem por objeto social: (i) a participação no capital social da Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR"), sendo a ESBR detentora da concessão de uso de bem público para a exploração da Usina Hidrelétrica Jirau ("UHE Jirau"), no Rio Madeira, Estado de Rondônia; (ii) compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") no Brasil, na condição de Companhia Comercializadora de Energia Elétrica ("CCEE"); (iii) participação em outras companhias, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; e (iv) representação de outras companhias, nacionais ou estrangeiras. Em 30 de abril de 2018, o patrimônio líquido da ESBR Participações foi avaliado com base no seu valor contábil, pelo montante de R$9.343, conforme "Laudo de Avaliação Contábil para fins de Incorporação", emitido por empresa de avaliação independente, datado de 30 de maio de 2018. A ESBR realizou a incorporação com base no balancete contábil de 30 de junho de 2018, que apresentava o patrimônio líquido da ESBR Participações no montante de R$9.299. Esta transação não gerou efeito para a Companhia, sendo o seu investimento apenas transferido da ESBR Participações para a ESBR. Tendo em vista que a ESBR ainda não apresentar lucros a serem distribuídos aos seus acionistas, cenário operacional abordado na nota 6. A administração da Companhia entende que para cumprimento dos seus compromissos de curto prazo e médio prazo, contará com o suporte financeiro dos seus acionistas, quando necessário, mantendo assim a continuidade operacional da Companhia. **2. Novas Normas e Interpretações Vigentes e Não Vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da cia, são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes -	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	01/01/2022

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023:

Norma	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Principais Políticas Contábeis: 3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board - IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das informações contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **3.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso mencionado no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui os recursos necessários para continuar suas operações em um futuro previsível. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações da Companhia. As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir, e vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados. **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** Conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real brasileiro (R$), e suas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$'000). Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer outra moeda que não a moeda funcional (R$), são registadas às taxas de câmbio vigentes na data da transação. No final de cada exercício, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes no final do exercício. Itens não monetários registrados pelo valor justo denominado em moeda estrangeira são convertidos às taxas vigentes na data na qual o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transação. **3.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação monetária e cambial, líquida". Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos em depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, 3 (três) meses ou menos, a contar da data de sua contratação. As aplicações financeiras são destinadas para atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais. **3.6. Investimento em coligada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada ESBR (nota explicativa nº 5) são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação societária da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ultrapassa a sua participação nessa coligada (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na coligada ou "joint venture"), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente à medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada. O exercício social da coligada é coincidente com o da Companhia. **3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração:** Ao final de cada exercício social, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis, intangíveis e investimento em coligada sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens tangíveis ou intangíveis é reduzido para refletir o valor recuperável estimado. Portanto, o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda ou o valor em uso. Caso haja a contabilização de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), a mesma é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. **3.8. Despesas antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. **3.9. Ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado. Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido ("pro rata temporis") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes. **3.10. Contas a pagar (fornecedores):** As contas a pagar a fornecedores são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores diversos no curso normal das operações da Companhia. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas envolvendo a obrigação. Provisão para riscos: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações de natureza trabalhista, fiscal e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões nos tribunais. Riscos contingentes avaliados como de probabilidade de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras, porém não são reconhecidos em conta específica do passivo. **3.12. Passivos circulante e não circulante:** Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso financeiro seja requerido para liquidá-lo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes. **3.13. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas são registradas de acordo com sua natureza e são contabilizadas pelo regime de competência. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (nota explicativa nº 3.8). **3.14. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras e atualização monetária de contas a pagar, respectivamente, e são registradas em conformidade com o regime de competência (nota explicativa nº 12). **3.15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante ("Impostos e contribuições a recuperar") e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante ("Impostos e contribuições a recolher"). Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. Quando aplicável, o ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante, independente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo líquido, no ativo não circulante. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **3.16. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **3.17. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa é preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, tais como diferenças de conversão cambial, variações (ganho ou perda) de valor justo e demais itens não monetários (i.e., transações não envolvendo caixa), foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. **3.18. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração da Companhia. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são aqueles referentes à determinação do valor recuperável dos ativos de longa duração. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As principais estimativas referem-se à provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") sobre o investimento na coligada ESBR e a expectativa de constituição e realização dos créditos tributários.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2022	2021
Depósitos bancários	50	50
Aplicações financeiras (*)	4.053	1.904
Total	4.103	1.954

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com rentabilidade média pós-fixada em 2022 de 20% (95,7% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas dos rendimentos a serem auferidos.

5. Outros Ativos Circulante:

	2022	2021
Reembolso de despesas a receber (*)	180	–
Crédito empregados	28	19
Despesas antecipadas	–	202
	208	221

(*) Durante o ano de 2022, a Companhia incorreu em gastos com os fornecedores "Intera Energias Renovaveis Eireli" e "Energia Consult - Engenharia, Consultoria e Gerenciamento de Projetos" os quais estão sendo negociados a serem reembolsados no próximo exercício, pois referem-se ao novo projeto Solar das Laranjeiras.

6. Investimento em Coligada:

	2022	2021
ESBR	1.565.929	1.576.196
Total	1.565.929	1.576.196

a) Informações sobre a participação societária na ESBR:

Coligada	País de incorporação	% de participação	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	Prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021
ESBR	Brasil	20%	8.908.875	9.013.110	(104.235)	(193.955)

b) Movimentação da participação societária na ESBR:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	1.576.196	1.604.407
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(10.267)	(28.211)
Saldo em 31 de dezembro	1.565.929	1.576.196

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a reconciliação do resultado da ESBR é como segue:

	Total 100% 2022	Total 100% 2021	% de participação 20% 2022	% de participação 20% 2021
Prejuízo do exercício - coligada ESBR	(104.235)	(193.955)	(20.847)	(38.791)
Efeito de depreciação decorrente da redução no ativo imobilizado alocado na aquisição (*)	52.900	52.900	10.580	10.580
Prejuízo do exercício ajustado	(51.335)	(141.055)	(10.267)	(28.211)

(*) Durante o processo de alocação do preço de compra, foi realizado um reajuste do valor do ativo imobilizado da ESBR. Desta forma, a Administração da Companhia, realiza um reversão da amortização da coligada no cálculo de sua equivalência patrimonial. **6.1. Informações gerais sobre a ESBR:** A Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR", "Jirau Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Av. Presidente Wilson, 231 - sala 2904, constituída em 15 de julho de 2007, com filial em Porto Velho - RO, na Rodovia BR-364 - km 824 - Jaci Paraná, constituída em 12 de dezembro de 2009. A ESBR tem como objeto social a construção (já concluída) e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Jirau ("UHE Jirau"), em consonância com as regras emanadas do Edital de Leilão nº 05/2008 do empreendimento, Contrato de Concessão nº 002/2008-MME-UHE JIRAU e respectivo termo aditivo e demais regras aplicáveis. As atividades da ESBR são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. O prazo de duração da ESBR, previsto no estatuto social, será a princípio de 35 anos (até 13 de agosto de 2043), contados da data de assinatura de seu Contrato de Concessão (13 de agosto de 2008). O prazo poderá ser prorrogado e alterado de modo a acompanhar o prazo de vigência da concessão da UHE Jirau. Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho ANEEL nº 3.032/2016, a UHE Jirau completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras (UGs) em operação comercial. Em 16 de dezembro de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, reforçando a segurança energética do país com capacidade instalada de 3.750 MW. Apesar da ESBR ter apresentado prejuízo acumulado registrado em seu patrimônio líquido - R$2.764.835 em 31 de dezembro de 2022 (R$2.660.600 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes principalmente dos impactos, no passado, da exposição aos preços do mercado de curto prazo sobre os efeitos do GSF e do elevado custo de encargos de transmissão, cumpre registrar que em 2022 ocorreu a materialização de mudanças relevantes para a estrutura de custos, mitigando quaisquer riscos de descontinuidade operacional observados até o presente exercício. Primeiro ponto relevante é a consolidação da estratégia de gestão de portfólio, que mitiga a exposição ao mercado por meio de leilões bem sucedidos de compra de energia no curto, médio e longo prazos. Segundo ponto relevante, trata-se da revisão tarifária do EUST (Encargo de Uso do Sistema de Transmissão) que, após 10 anos, com o fim do ciclo de estabilização da tarifa, resultou na redução de 36,6% dos custos do referido encargo, colocando a ESBR em rota de geração de lucro a partir do exercício de 2023. Ainda em 2022, o governo federal por meio do BNDES e bancos repassadores, de forma a amenizar os efeitos promovidos pela crise hídrica de 2021 que afetou todo o setor, promoveu um segundo standstill (o 1º ocorrido em 2020 devido a pandemia da Covid19), que vigorou para a UHE Jirau de Dezembro de 2021 a junho de 2022. A ESBR apresentou o capital circulante líquido (CCL) positivo de R$152.346 em 31 de dezembro de 2022 (R$163.787 em 31 de dezembro de 2021 (CCL) negativo). A ESBR prevê que obterá recursos suficientes para manter o CCL positivo para os próximos exercícios. A Administração da ESBR, em conjunto com seus acionistas, tem como estratégia a manutenção das ações para mitigação do risco hidrológico e da exposição do seu balanço energético, a avaliação contínua de oportunidades regulatórias e comerciais, a melhoria constante da qualidade operacional, de forma a oferecer alta disponibilidade e seguir mantendo a confiabilidade na geração na energia para o Setor Elétrico Brasileiro, o que conferiu conceito "A" na última avaliação (Relatório DARDO 2022) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **6.2. Operação comercial:** Após sagrar-se vencedora do Leilão nº 05/2008, a ESBR obrigou-se a viabilizar e a executar todas as obras civis visando à construção da UHE Jirau e a sua posterior operação. Para tanto, o Contrato de Concessão firmado pela ESBR estabeleceu um cronograma de prazos para a conclusão das obras civis e para o início da operação de cada uma das unidades geradoras (UGs) da UHE Jirau. No entanto, ao longo da construção uma série de eventos de força maior inimputáveis à ESBR, dado que absolutamente inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis à época da formulação da proposta tarifária e do planejamento da execução das obras e dos cronogramas iniciais, impactaram o ritmo da construção da UHE Jirau, fazendo com que as datas estabelecidas no contrato para início da geração de energia e consequente suprimento dos contratos firmados não pudessem ser atendidas. No processo de excludente de responsabilidade, o status não se alterou, ou seja, a ESBR teve seu pedido julgado procedente em primeira instância para reconhecer a excludente pelo período de 535 dias. A sentença está embasada em prova pericial produzida judicialmente por meio de ação cautelar de produção antecipada de provas. O Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1") suspendeu parcialmente os efeitos da sentença proferida pela 5ª Vara Federal de Porto Velho (RO) e determinou um cenário sem perdas ou ganhos para as partes. Isso porque, de acordo com a decisão proferida no incidente de suspensão de efeitos de sentença, é dificultada a aplicação de penalidades regulatórias à ESBR, ao passo que não se reconhece o direito de recebimento dos valores a que faz jus por força do reconhecimento da sua excludente de responsabilidade pelo período de 535 dias. A ANEEL interpôs recurso de apelação contra a sentença de primeiro grau, mas tal recurso, distribuído para a 6ª Turma do TRF1, aguarda manifestação do relator para ser incluído na pauta de julgamento. Até o momento, não há expectativa de julgamento da apelação. **6.3. Capital de giro e endividamento:** Conforme Carta 197/2020 o BNDES informa que após a assinatura do aditivo do Contrato de Cessão de Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), refletindo no item I da decisão descrita na Carta AE/DEENE1 nº 138 e, a ESBR poderá exercer, a qualquer tempo e até que sejam atendidas as condições para a exoneração da fiança corporativa, a possibilidade de apresentação de fiança bancária, emitida com validade mínima de 24 meses, a fim de garantir 2/3 do saldo da Conta Reserva. A Garantia é composta por 100% da aplicação em conta reserva. Cabe destacar que esse valor está classificado como depósitos vinculados. Os contratos de financiamento também preveem que, se a ESBR não vendesse sua energia destinada ao ACL, os acionistas da ESBR adquiririam essa energia na proporção de suas participações no capital da ESBR, a um determinado preço definido nos contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2022, a ESBR possui o montante de R$380.694 (R$316.222 em 31 de dezembro de 2021), aplicado em Títulos Públicos Federais - LFT, com rentabilidade de 176,45 % da taxa Selic diária em média. 16.2. As principais informações dos financiamentos estão descritas a seguir: • Possibilidade de redução, a qualquer tempo até a exoneração das fianças dos acionistas, de até 100% das quantidades de energia discriminadas nos CCVEs. • A Conta Reserva do Serviço da Dívida - CRSD é equivalente a três prestações do Serviço da Dívida mesmo na hipótese de não atingimento do ICSD mínimo. • A comprovação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 2 exercícios consecutivos, dentre as condições para exoneração das fianças

MIZHA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

dos Intervenientes. Ressalvando que, para fins de liberação das referidas garantias, não pode ter ocorrido, nesse período, redução das quantidades de energia contratadas nos CCVEs. • A ESBR obteve a suspensão temporária do pagamento integral do serviço da dívida ao BNDES e demais bancos repassadores, pelo período de sete meses, em conformidade com o pacote de medidas emergenciais anunciado pelo Governo Federal. A carência das parcelas da dívida (direta e indiretas) teve início em dezembro de 2021 (R$103 milhões) e seu pagamento será retomado em julho de 2022 (R$117 milhões). Será efetuada a capitalização do saldo devedor sem que tenha ocorrido alteração do prazo de amortização da dívida ou taxas de juros dos contratos. • A ESBR obteve a prorrogação do prazo para preenchimento integral em dinheiro depositado na CRSD até a comprovação do atingimento das condições necessárias para a exoneração das fianças dadas em garantia ao projeto. Para tal, a ESBR poderá apresentar e manter válidas as fianças bancárias, que somadas ao depósito em dinheiro equivalente a, no mínimo, uma prestação do serviço da dívida, totalizem o saldo mínimo da conta reserva. Cartas AE/DEENE1 nº034 e 037/2022 - referente a Postergação do prazo de celebração de aditivo relacionado do Standstill - Direto e Indireto respectivamente. • Aditivos Contratuais 9º e 11º referentes aos Contratos de Financiamento e Repasse referente ao Standstill. • Em dezembro de 2022 ocorreu a liberação de R$950 mil referente ao Subcrédito E destinado a investimentos em Projetos Socioambientais. **6.4. As principais informações financeiras da ESBR, conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 31 de janeiro de 2022, são como segue:**

Ativo	2022	2021
Ativo circulante	1.210.513	567.089
Ativo não circulante	19.354.405	19.816.570
Total do ativo	20.564.918	20.383.659
Passivo		
Passivo circulante	1.058.167	730.876
Passivo não circulante	10.597.876	10.639.673
Patrimônio líquido	8.908.875	9.013.110
Total do passivo e patrimônio líquido	20.564.918	20.383.659

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita operacional líquida	3.116.478	2.783.506
Custos sobre energia vendida	(2.355.578)	(2.172.711)
Lucro operacional bruto	760.900	610.795
Despesas gerais e administrativas	(83.154)	(92.629)
Outras receitas (despesas), líquidas	44.495	(7.089)
Resultado financeiro	(877.598)	(802.193)
Prejuízo antes dos impostos	(155.357)	(291.116)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.122	97.161
Prejuízo do exercício	(104.235)	(193.955)

7. Contas a Pagar:

	2022	2021
Engie Brasil Participações Ltda. (*)	84.375	74.431
Outros	146	17
Total	84.521	74.448
Circulante	146	17
Não circulante	84.375	74.431

(*) Valor referente a provisão de devolução de montante descontado na aquisição do investimento junto à Engie Brasil Participações Ltda. ("Engie"), sendo atualizado pela taxa de 100% do CDI. **8. Transações com Partes Relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

8.1. Contas a receber de parte relacionada:

	2022	2021
Mitsui & CO., LTD.(*)	1.636	819
Total	1.636	819
Circulante	1.636	819

(*) Em 25 de maio de 2021, foi celebrado um contrato de prestação de serviço ("Service Agreement") entre a Companhia e a Mitsui. No referido contrato, está previsto que a Companhia fornecerá e intermediará, por meio dos seus consultores e departamentos internos, como jurídico e contábil, serviços de assessoria referentes à legislação e ao sistema tributário brasileiro para fins dos seus contratos, bem como apoio e assessoria na comunicação entre a Mitsui e seus fornecedores dos projetos. De acordo com o 1º aditivo de 29 de março de 2022, a Mitsui pagará pela contraprestação desse serviço o montante anual de US$1.254 mil (um milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia faturou o montante de R$5.009, líquido dos impostos incidentes (ISS à alíquota de 5%; faturamento internacional).

8.2. Contas a pagar a parte relacionada:

	2022	2021
Mitsui & CO (Brasil) SA**	2	258
Total	2	258

Em 16 de janeiro de 2014, foi celebrado um Contrato de Serviço e Suporte ("Service and Support Agreement") entre a Companhia e a Mitsui & CO., Ltd.. No referido contrato, está previsto que a Mitsui, por meio dos seus departamentos internos, auxiliará a Companhia nas áreas de planejamento estratégico, tributos, análise de risco, TI, financeiro, auditoria interna, dentre outros. Em contrapartida aos serviços e suporte prestados, a Companhia pagará, trimestralmente, o valor de ¥5.900 mil (Cinco mil e novecentos Ienes) à Mitsui & CO., Ltd., em 31 de maio de 2021, esse contrato foi extinto. (**) Em 1º de abril de 2022, foi celebrado o contrato de prestação de serviço entre a Companhia e a MITSUI CO (Brasil) Ltda., onde está previsto que Mitusi Brasil, por meio dos seus departamentos internos, apoiará administrativamente a gestão das operações da Companhia. A movimentação dos saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é como segue:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	258	298
Serviços e suporte prestados	1.161	640
Variação cambial	–	(36)
Pagamentos	(1.417)	(644)
Saldo em 31 de dezembro	2	258

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R$2.375 e R$399, respectivamente, a título de pró-labore e/ou ajuda de custo. **9. Patrimônio Líquido: 9.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital subscrito é de R$2.230.000, representado por 2.230.000.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

	31 de dezembro de					
	2022			2021		
Acionista	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Quantidade de ações	% de participação	Capital social
Mitsui & Co. Ltd. (Japão)	2.229.999.999	100,00%	2.230.000	2.229.999.999	100,00%	2.230.000
Mitsui & Co. (Brasil) S.A.	1	–	–	1	–	–
Total	2.230.000.000	100,00%	2.230.000	2.230.000.000	100,00%	2.230.000

9.2. Capital a integralizar: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de capital a integralizar no montante de R$59.900, sendo R$65.586 em 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os acionistas integralizaram capital no montante total de R$3.686. **9.3. Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), a seguir a Companhia apresenta as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Exercício findo em 31 de dezembro de	Quantidade média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo do exercício	Prejuízo por ação (R$)
2022	2.230.000.000	(21.235)	(0,01)
2021	2.230.000.000	(35.213)	(0,02)

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o prejuízo por ação é igual ao prejuízo básico por ação. **10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda e a contribuição social. Quando aplicável, os saldos de impostos diferidos no final de cada exercício são calculados utilizando a taxa em vigor, e os saldos fiscais vigentes em cada final de exercício incluem os impostos a serem pagos atualmente (nota explicativa nº 3.15). As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.236)	(35.213)
Alíquota nominal combinada de imposto	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.220	11.972
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	(3.491)	(9.592)
Prejuízos fiscais não registrados	(184)	(965)
Diferenças temporárias ativas não registradas (*)	(3.381)	(1.409)
Outros	(164)	(6)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	–	–

(*) A adição temporária mais relevante refere-se a provisão dos juros do Earn-out referente a aquisição da participação da ESBR junto à Engie Brasil Participações Ltda. ("Engie"). Devido à incerteza quanto à utilização dos créditos fiscais provenientes dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, a Companhia não contabiliza esses impostos diferidos ativos. Desta forma, o crédito será registrado somente quando houver expectativa de realização. Por ter como objeto principal a participação no capital social da ESBR, a Companhia usualmente não possui base tributária de imposto de renda e de contribuição social em suas operações e, portanto, optou por não reconhecer o respectivo ativo fiscal diferido. O saldo de prejuízos fiscais e base negativa acumulado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não reconhecidos contabilmente, é de R$73.908 e R$73.366, respectivamente.

11. Despesas Gerais e Administrativas:

	2022	2021
Serviços prestados no país	2.309	2.207
Serviços prestados no exterior	–	302
Honorários advocatícios	227	330
Pró-labore/ ajuda de custo(*)	2.741	1.265
Despesas com viagens	323	54
Contabilidade	268	276
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	17	7
Aluguéis e taxas	204	153
Outras	258	211
Total	6.347	4.805

(*) No exercício de 2022, considera o valor de R$2.375, referente à remuneração do pessoal chave da Administração (nota explicativa nº 8.2). **12. Outras Despesas Operacionais:** Reavaliação do preço de compra - "Earn out": Em 2022 e 2021, foram provisionados respectivamente os valores de R$9.944 e R$4.145 a pagar para a Engie, pois quando da aquisição da participação acionária de 20% na ESBR, época em que a UHE Jirau ainda estava em fase de construção, existiam diversos fatores que afetariam a Data da Operação Comercial ("Commercial Operation Date - COD") das unidades geradoras (UGs). Desta forma, o vendedor (Engie) e o comprador (Companhia) concordaram em instalar mecanismos de reajuste de preço de compra. No 1º aditivo do contrato de compra, o preço foi determinado com base no "Programa COD acordado" e "Força Maior por 150 dias". Em novembro de 2016, a ESBR teve decisão favorável em 1ª instância sobre os processos de excludentes de responsabilidade (nota explicativa nº 5.2), e com base no parecer jurídico dos seus assessores legais externos, procedeu com a reversão da provisão dos custos em atraso. A Companhia reavaliou o valor justo do "Earn-out" e realizou a provisão. Entretanto, esse valor ficará aguardando a conclusão do processo em 2ª instância para efetivação do valor a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo da referida provisão era de R$84.375 e de R$74.431, respectivamente (nota explicativa nº 6).

13. Resultado Financeiro:

Receitas financeiras	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	151	83
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	120	60
Subtotal - receitas financeiras	271	143
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(4)	(8)
Subtotal - despesas financeiras	(4)	(8)
Variação cambial		
Receita de variação cambial	267	88
Despesa de variação cambial	(221)	(52)
Subtotal - variação cambial, líquida	46	36
Resultado financeiro, líquido	313	172

13.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco cambial e de taxa de juros). Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

		2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4)	Custo amortizado	4.103	4.103	1.954	1.954
Contas a receber de parte relacionada (nota nº 8.1)	Custo amortizado	1.636	1.636	819	819
Passivos financeiros					
Contas a pagar (nota nº 7)	Custo amortizado	84.522	84.522	74.448	74.448
Contas a pagar a partes relacionadas (nota nº 8.2)	Custo amortizado	–	–	258	258

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **13.2. Gestão do risco de capital:** A estrutura de capital da Companhia é formada, exclusivamente, pelo seu patrimônio líquido. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. **13.3. Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco cambial e de taxa de juros), conforme descrito a seguir: **a) Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a exposição da Companhia à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Companhia. O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo nos montantes de R$5.773 e R$2.692, respectivamente, e, portanto, possui recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos de curtíssimo prazo. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento das obrigações contratuais por uma contraparte, resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são, primariamente, o caixa e equivalentes de caixa. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa em ativos financeiros com níveis de classificação de crédito ("rating") considerados adequados pela Administração. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. **c) Risco de mercado:** Risco cambial: Refere-se ao risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de oscilações nas taxas de câmbio sobre os passivos indexados em moeda estrangeira. Risco de taxa de juros: Refere-se ao risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de variações nas taxas de juros, como resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos e/ou por descasamento dos seus vencimentos. A análise de sensibilidade apresentada a seguir, foi determinada com base na exposição dos ativos e passivos financeiros não derivativos, indexados com base na variação da taxa do CDI, na data do balanço:

Operação	Cenário provável
Taxa efetiva anual do CDI - 31/12/2022	13,65%
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 4)	4.053
Taxa anual estimada do CDI (*)	4,25%
Efeito anual no Resultado/Patrimônio Líquido: (Redução)/Aumento	(3,82)
Taxa efetiva anual do CDI - 31/12/2022	13,65%
Contas a pagar - Engie (nota explicativa nº 6)	84.375
Taxa anual estimada do CDI (*)	4,25%
Efeito anual no Resultado/Patrimônio Líquido: Aumento/(Redução)	7.931

(*) A expectativa de mercado indicava uma taxa estimada do CDI em 4,25%, cenário provável para o ano de 2023 (Fonte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão). **d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado, as quais envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, tem valores justos similares aos saldos contábeis. • Contas a pagar (fornecedores): Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes das contas a pagar (fornecedores) divulgados nestas demonstrações financeiras não diferem significativamente dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 dias. • Contas a receber e Contas a pagar (partes relacionadas): A Administração da Companhia entende que os valores justos se aproximam dos saldos contábeis, considerando as condições comerciais acordadas entre as partes. **14. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 23 de junho de 2023.

DIRETORIA

Kenta Hori - CPF: 009.341.209-60 - Diretor Presidente

Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0

Luciana dos Santos Uchôa - Contadora - CRC-RJ 081.003/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Mizha Energia Participações S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mizha Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mizha Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standard - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 6.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a investida Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR") apresentava prejuízos acumulados nos montantes de R$2.764.835 mil (R$2.660.600 mil em 2021), o que não permite que essa investida pague dividendos nos próximos exercícios. Entretanto, a administração da Companhia considera que os acionistas tendo conhecimento da atual situação financeira da ESBR irão prover os recursos necessário para que a Companhia cumpra com seus compromissos de curto prazo e médio prazos, bem como, mantenha a continuidade normal de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador - CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Deloitte.

PROGENIUS OXEL PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 29.835.107/0001-31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os sócios da empresa **Progenius Oxel Participações LTDA.** a participarem da Reunião de Sócios que se realizará na sua sede, Rua Santa Luzia, n° 651, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.030-041, no dia 14 de julho de 2023, às 15hrs, em sua primeira chamada, e às 15:30hrs, em segunda chamada, para, em cumprimento ao disposto na Cláusula 11, parágrafo segundo, do Contrato Social, deliberarem acerca da exclusão extrajudicial do sócio remisso, Sr. **Vitor De Araújo Nogueira**, brasileiro, empresário, solteiro, titular da carteira de identidade n° 09.631.764-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o n° 024.199.687-27, residente e domiciliado na Rua Domingos de Barros, n° 207, Maria da Graça, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 21.050-590. Rio de Janeiro, 4 de julho de 2023 Progenius Oxel Participações LTDA.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)
3923-5158
96865-1628
(11)
2655-1899

CONCESSÃO DE LICENÇA

WIDE RESIDENCES, inscrita no CNPJ sob o nº 37.163.927/0001-52, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, através do Processo Nº 14/200.272/2020, a LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO Nº 002139/2021, com validade de 48 meses, até 29/11/2025 para desenvolvimento de projeto de edificação residencial multifamiliar, situado à Avenida José Luiz Ferraz, 300 - Recreio dos Bandeirantes, RJ.

Economia

Paper Excellence

Tribunal suspende venda da Eldorado

O juiz federal Rogério Favreto, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), determinou a suspensão da venda da Eldorado Brasil Celulose à CA Investment (Brazil), empresa ligada à indonésia Paper Excellence.

Na prática, a decisão representa mais uma vitória para os irmãos Joesley e Wesley Batista, proprietários do Grupo J&F, ao qual pertence a Eldorado.

Em 2017, eles venderam a empresa de celulose ao grupo asiático em um negócio avaliado em R$ 15 bilhões, mas depois iniciaram uma série de disputas na Justiça para bloquear a transação.

A Paper Excellence diz que não foi notificada e, por isso, não vai se manifestar.

A J&F afirma ter pedido habilitação nos autos desse processo para "colaborar com as autoridades." A holding dos irmãos Batista diz, em nota, que a Paper Execellence "mentiu ao afirmar que tinha todas as autorizações para assinar o contrato de compra e venda da Eldorado em 2017".

A decisão do TRF-4, contudo, não foi tomada a pedido dos irmãos Batista. A ação começou por iniciativa de Luciano José Bulligon, advogado, político da União Brasil e ex-prefeito de Chapecó (SC). Ele argumentou que a venda da Eldorado para um grupo da Indonésia estaria violando a legislação que regulamenta a compra de terras por estrangeiros. Segundo Bulligon diz no processo, a empresa brasileira possui 249 mil hectares de florestas de eucalipto plantadas em áreas rurais nacionais, as quais só poderiam ser negociadas mediante autorização do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Congresso.

O pedido do ex-prefeito foi negado na primeira instância no final de maio, mas ele recorreu. No TRF-4, o juiz federal Favreto considerou necessário tomar uma decisão liminar, que é urgente e provisória. Favreto travou a venda até que sejam apresentadas as permissões do Congresso Nacional e do Incra, que é ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O magistrado também suspendeu, pelo mesmo período, a compra de novas áreas rurais no território brasileiro pela Eldorado, pela Paper Excellence e pela CA Investment.

"Tais requisitos não apenas protegem a soberania nacional, mas também buscam evitar investimentos meramente especulativos, aumento da desigualdade social e preservar a função social da propriedade", escreveu Favreto. Ele afirmou ainda que a urgência de sua decisão se justifica "pela prova inequívoca de que o negócio está sendo realizado entre as empresas". Favreto também diz, na decisão, que notícias sugerem que a Paper Excellence teria a "intenção de adquirir outras áreas rurais" além das pertencentes à Eldorado.

OPERAÇÃO

Pablo Marçal é alvo da PF sob suspeita de crimes eleitorais

O coach Pablo Marçal foi alvo de uma operação da Polícia Federal ontem sob suspeita de crimes eleitorais. A corporação investiga se ele cometeu também os crimes de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e apropriação indébita nas eleições de 2022.

A operação da PF que mira o coach cumpre sete mandados de busca e apreensão em Barueri e Santana de Parnaíba, na região metropolitana de São Paulo.

Marçal foi pré-candidato à Presidência da República pelo PROS no ano passado, mas teve seu nome barrado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Após a decisão, ele se lançou candidato a deputado federal, mas também teve o registro indeferido pela corte eleitoral.

Segundo as apurações feitas pela PF, Marçal e um sócio dele fizeram doações à campanha do coach à Presidência e à Câmara, e parte desses valores foram remetidos às próprias empresas das quais são sócios.

Após a operação, o coach disse que é alvo de "perseguição política". Para Marçal, a investigação se deve ao apoio dele ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022.

"Claramente existe uma tentativa de silenciar as vozes daqueles que defendem a liberdade nessa nação. Coloco tudo a disposição e acredito que a Justiça Eleitoral usará da firmeza da lei para cessar essa revolta instaurada sobre mim", escreveu ele, nas redes sociais.

CASO HENRY

Gilmar Mendes manda Monique Medeiros voltar para a prisão

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes determinou ontem que a professora Monique Medeiros, acusada de matar o próprio filho, Henry Borel, em 2021, volte à prisão.

Mendes analisou um recurso de Leniel Borel de Almeida Júnior, pai de Henry, que é contra manter Monique em liberdade. A ré foi solta em agosto de 2022, três dias após o STJ (Superior Tribunal de Justiça) revogar a prisão preventiva dela.

Na decisão, o ministro do STF declarou que o "acórdão recorrido desconsiderou diversos elementos concretos que ampararam a imposição da prisão preventiva pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro". Monique é acusada da morte de Henry juntamente com o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho.

Na avaliação de Gilmar Mendes, a Justiça "teve o cuidado de apontar, nos autos, elementos concretos que apontam para a gravidade, em tese, das circunstâncias e da forma de cometimento do delito".

"Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para cassar o acórdão recorrido, restabelecendo a decisão do TJRJ que decretou a prisão preventiva de Monique Medeiros da Costa e Silva de Almeida", afirmou Gilmar Mendes, em decisão do STF.

Na última quinta-feira, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu, em parecer enviado ao STF, a prisão de Monique Medeiros.

O subprocurador da República, Juliano Baiocchi, opinou pela derrubada da decisão que determinou, no ano passado, a soltura de Monique. Segundo Baiocchi, há riscos de a acusada atrapalhar as investigações. "Há elementos de comportamento da ré no curso da lide penal tendentes a turbar a instrução processual, pelo que de lei a preventiva da ré, devendo ser reformado o acórdão do STJ", escreveu Baiocchi.

CIÊNCIA

Ministra defende transferência de tecnologia no combate à desigualdade

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defendeu a transferência de tecnologia em condições favoráveis para os países em desenvolvimento. Diante de uma plateia de ministros de países do G20, em Mumbai, na Índia, ela reforçou o discurso pelo fim das desigualdades e o papel da ciência nesse processo.

"Minha impressão é que ainda estamos longe de alcançar os nossos compromissos. É nesse sentido que, durante a presidência brasileira do G20, daremos foco à redução das desigualdades e das assimetrias, buscando discutir a questão da inovação aberta para o desenvolvimento justo e sustentável", disse. O Brasil assumirá a presidência do G20, pela primeira vez, em 1º de dezembro de 2023.

Segundo Luciana Santos, os países que compõem o G20 devem fazer uma "profunda reflexão se estão na direção e na velocidade corretas para atingir as metas da Agenda 2030 da ONU". A seus correspondentes de outros países, a ministra também reforçou a importância do aprofundamento do debate sobre descarbonização da economia, transição energética, direito à saúde, desenvolvimento sustentável da Amazônia e combate às desigualdades.

REUNIÕES

Ainda em Mumbai, Luciana Santos teve encontros com representantes de oito países. Além disso, conversou com o vice-diretor do Escritório de Política Científica e Tecnológica da Casa Branca, Kei Koizumi. No encontro, ocorrido na última terça-feira (4), ela tratou da participação brasileira no programa Artemis, da Nasa, de exploração da Lua.

CEARÁ

STJ mantém prisão do policial condenado pela Chacina do Curió

ANDRÉ RICHTER /ABRASIL

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, manter a prisão do policial miliar Ideraldo Amancio, um dos condenados pela Chacina do Curió, ocorrida em novembro de 2015, na região da Grande Messejana, próxima à Fortaleza.

A decisão foi proferida pelo vice-presidente do STJ, ministro Og Fernandes. O ministro analisou um habeas corpus protocolado pela defesa do policial, condenado a 275 anos de prisão, em sessão do Tribunal do Júri realizada no mês passado. Outros três policiais também foram condenados.

A defesa alegou que Amâncio tem direito de recorrer em liberdade até o fim da possibilidade de recorrer da sentença.

Ao julgar a questão, de forma liminar, o vice-presidente entendeu que não houve ilegalidade na condenação e decidiu manter a prisão do condenado. O caso ainda será analisado definitivamente no mérito.

"De acordo com o tribunal de origem, não foram demonstradas, de plano, a flagrante ilegalidade ou a teratologia jurídica, sendo necessária análise mais aprofundada do caso concreto", justificou.

A chacina ocorreu em 11 de novembro de 2015, quando 11 pessoas foram mortas, três sofreram tentativa de homicídio e quatro foram vítimas de tortura. O Ministério Público (MP) do Ceará denunciou 45 policiais militares, sendo aceita a denúncia contra 44.

De acordo com a acusação do MP, as mortes no bairro ocorreram em represália pelo assassinato do policial Valtemberg Chaves Serpa, que tentou defender a namorada de um assalto na época dos fatos.

DEFESA

Google nega abuso e pede ao STF fim de inquérito sobre PL das Fake News

O Google reiterou em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal) ontem que não fez campanha difamatória ao PL das Fake News, em tramitação no Congresso Nacional.

No documento ao ministro Alexandre de Moraes, a empresa afirmou que não é "contrária à criação de leis destinadas a regulamentar os serviços prestados pelos provedores de aplicações de internet" e defendeu o arquivamento de inquérito que apura a reação das big techs ao projeto.

A Folha de S.Paulo mostrou que, quase dois meses após ter aprovada a tramitação em regime de urgência, o PL perdeu fôlego e está paralisado em um impasse entre o setor artístico e empresas de radiodifusão, o que tirou o tema do radar de votações da Câmara dos Deputados.

A apuração no STF foi instaurada em maio, a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), para averiguar uma suposta investida irregular das plataformas contra o projeto.

A Procuradoria foi acionada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que acusou as big techs de "contundente e abusiva ação contra" contra a proposta.

Lira disse que as empresas lançaram mão de "sórdida campanha de desinformação, manipulação e intimidação, aproveitando-se de sua posição hegemônica no mercado".

O parlamentar descreveu no pedido remetido à PGR que, no dia 1º de maio, em sua página inicial de buscas, o Google Brasil disponibilizou um link aos internautas com texto que afirmava que o projeto aumentaria "a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil".

ZONA SUL

Donos de escola infantil são indiciados por suspeita de tortura

A Polícia Civil indiciou o casal proprietário de uma escola infantil na zona sul de São Paulo, por suspeita de tortura de crianças. Eles foram indiciados nove vezes pelo crime, mesmo número de vítimas identificadas. A defesa deles nega.

Presos na semana passada, Eduardo Mori Kawano e Andrea Carvalho Alves Moreira foram conduzidos na terça-feira ao 6º DP (Cambuci) para prestarem depoimento. Eles preferiram se manter em silêncio, conforme a advogada Sandra Pinheiro de Freitas, que defende o casal.

"Eles não enxergam os atos ali praticados como tortura. Eles afirmam que nunca tiveram essa intenção. Nunca foi esse o fundamento da situação", disse a advogada em conversa com a Folha de S.Paulo no final de junho.

Uma das imagens divulgadas pela polícia mostra um menino com as mangas da blusa amarradas em um pilar. A medida, segundo relatos de funcionários, seria um castigo por ele ter feito xixi nas roupas.

"Ele (Kawano) me relatou que aquele negócio de amarrar as crianças, ele via como uma brincadeira. Ele brincava assim quando era criança. O grande problema também é como foi colocada cada foto. Como foi colocado cada vídeo. Tudo isso vai ter que ser analisado no processo."

Segundo o delegado Fábio Daré, o relato dos pais foi fator importante para o indiciamento. Desde o dia 19, segundo o delegado, foram ouvidas duas funcionárias e 12 mães de alunos com idade de 1 ano e 8 meses a 6 anos.

De acordo com a polícia, as profissionais que lidavam com os alunos afirmaram que discordavam das atitudes dos donos da escola e que não chegaram a receber salário.

Ainda segundo o delegado, há indícios de "violência psicológica" contra as crianças.

"Colocar uma criança de 1 ano e 8 meses dentro de um quarto escuro por horas. Colocar uma criança com incontinência urinária sentada num balde para urinar e defecar ali, para não sujar a escola. Colocar essa mesma criança num ralo para fazer as necessidades pessoais dela. Amarrar uma criança num pilar. Esses elementos me levaram a crer que houve tortura na escola", disse Daré na sexta-feira.

"As oitivas delas foram muito concatenadas, uma bateu com a outra", acrescentou.

Suspeita-se que apenas os donos do colégio agrediram as crianças, segundo o delegado. Não há indícios, de acordo com ele, da participação de professores.

Uma ex-funcionária, que trabalhou na escola em 2016, procurou a delegacia após a repercussão do caso e relatou ter presenciado situações de maus-tratos enquanto esteve na unidade.

DROGA K9

Prefeitura investiga três mortes suspeitas

A Prefeitura de São Paulo investiga três mortes suspeitas de terem sido causadas pelo consumo da droga K9. O primeiro óbito ocorreu no início de maio, e os demais nas últimas duas semanas de junho -a Secretaria de Saúde não forneceu mais informações sobre o perfil das vítimas.

Segundo a gestão Ricardo Nunes (MDB), as mortes são investigadas pelo IML (Instituto Médico Legal) e aguardam resultado laboratorial para confirmar a presença da substância.

Em comum são pacientes que deram entrada em equipamentos da rede municipal de saúde com sintomas de intoxicação e relatos de consumo de K9.

Em maio, foi firmada uma parceria entre município, governo federal e Ciatox (Centro de Informação e Assistência Toxicológica, ligado à Unicamp) para estabelecer um sistema de testagem para casos suspeitos de uso do K9.

Desde o início deste ano, a cidade registrou 464 casos suspeitos de intoxicação por canabinoides sintéticos, termo técnico para K9, que também é chamada de K2 e spice. Ao longo de todo ano passado foram registrados 99 casos. Os números se referem a atendimentos em equipamentos de saúde públicos e privados.

Os dados apontam que a zona leste de São Paulo concentrou a maioria dos registros este ano, com 265 casos (57,1% do total).

A Vila Jacuí, distrito às margens da avenida Jacu-Pêssego e vizinho de São Miguel Paulista, lidera com 108 casos (23,3%). Em seguida, estão Itaquera com 49 casos (10,6%) e Cidade Tiradentes com 23 casos (5%).

Em comum, esses bairros estão localizados na periferia da capital paulista onde a população de jovens em situação de vulnerabilidade é maior. Nesses locais, uma porção de K9 é vendida por R$ 2,50 a R$ 10.

"Não podemos dizer que não há consumo de K9 em bairros ricos, mas, por ser uma droga barata e de fácil circulação, acaba atraindo os jovens com menor poder aquisitivo", diz Wagner Laguna, psicólogo e assessor técnico da Divisão de Saúde Mental da Coordenadoria de Atenção Básica.

A forma mais consumida do canabinoide sintético na cidade é a que imita um cigarro de maconha em que tabaco ou ervas são borrifados com a substância psicoativa disponibilizada em meio líquido. Por essa semelhança a droga passou a ser comercializada como uma "super maconha", apesar de não ter as mesmas substâncias psicoativas da Cannabis sativa.

A única semelhança é que os canabinoides sintéticos agem nos mesmos receptores do cérebro que o THC, a substância psicoativa da maconha. Criadas em laboratórios para a fabricação de medicamentos, essas fórmulas circulam como substância proibida no Brasil desde 2014, quando ocorreram as primeiras apreensões em presídios.

Outra explicação para a zona leste figurar como a região da cidade com maior incidência de casos de intoxicação por K9 é a maior frequência de notificações feitas pelos equipamentos de saúde, segundo o técnico em saúde mental da Coordenadoria de Atenção Básica. "As equipes de saúde nas periferias estão mais atentas à droga", diz Laguna.

O motivo, segundo ele, foi a publicação de uma nota técnica em abril que orientou os técnicos atendem o público infanto-juvenil na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do município.

Assim, o Programa Municipal de Prevenção e Controle das Intoxicações do município começou a monitorar o consumo da droga de forma detalhada há cerca de oito semanas, quando os boletins epidemiológicos passaram a ser publicados. Entre maio e junho, os registros subiram 83,3%.

INVERNO: Sol sem nuvens. Noite sem nuvens. Manhã Tarde Noite 29º 14º 5% 06:35 17:22

ZOOLÓGICO

Girafas importadas estão sem destino há mais de 1 ano e meio

Há mais de um ano e meio, 15 girafas sul-africanas vivem entre cercas, dentro do resort de luxo Portobello, em Mangaratiba, na Costa Verde do Rio de Janeiro.

A milhares de quilômetros do país natal, elas aguardam a transferência para um novo local, mais adequado às suas necessidades. A decisão de para onde vão, no entanto, ainda não foi tomada, em meio a imbróglios judiciais.

O Ibama, responsável por fiscalizar as girafas, diz que ainda avalia uma solução. O BioParque do Rio, que cuida dos animais, afirma que segue protocolos de segurança e procedimentos que prezam pelo bem-estar. Enquanto isso, quatro réus respondem na Justiça Federal por acusações que vão de maus-tratos a fraude de importação.

As girafas chegaram ao Brasil em 11 de novembro de 2021. Originalmente, eram 18 e ficariam de forma temporária em Portobello até serem transferidos para o BioParque, o zoológico do Rio. Pouco mais de um mês depois, em 14 de dezembro, cinco fugiram do confinamento.

Na ação para capturá-las, três girafas morreram. As mortes, porém, só foram comunicadas 50 dias depois, levantando a suspeita das autoridades.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal abriram inquéritos e constataram que os animais haviam sofrido maus-tratos e teriam sido retirados da vida selvagem.

Segundo a necrópsia feita por veterinários do próprio BioParque, a morte das três girafas foi causada por uma doença muscular chamada miopatia. Na denúncia apresentada à Justiça Federal, a promotoria apontou que a mazela foi motivada por sofrimento intenso e estresse extremo.

"As girafas, após serem retiradas da natureza, estavam em cubículos, chegando cada uma a ficar em um espaço de 10 m2, situação de confinamento claustrofóbico", disse, no documento, o procurador responsável pelo inquérito, Jaime Mitropoulos.

De acordo com o Ministério Público Federal, as girafas estavam presas em espaços minúsculos e sofreram maus-tratos até, pelo menos, maio do ano passado, quando o resort e o BioParque fizeram obras de readequação.

Segundo o Inea (Instituto Estadual do Ambiente), que acompanhou essas intervenções, as girafas vivem hoje em recintos que variam de 650 m2 a 990 m2. Separadas em cinco espaços —divididas em cinco grupos de três—, elas têm acesso livre a uma área externa, que conta com água e comida.

O novo local segue as orientações do Ibama, que determinam que os recintos tenham, no mínimo, 600 m2. À reportagem, o instituto disse que as girafas têm cerca de 4 metros de altura, pesam mais de 600 quilos e são extremamente sensíveis. Esse é um dos motivos, segundo o órgão, para que a transferência dos animais para fora do resort ainda não tenha sido feita.

"Qualquer transporte exige cuidado, por colocar a vida dos animais em risco devido ao estresse", afirmou o Ibama, em nota.

O segundo motivo, diz o instituto, é que ainda não foi encontrado um local adequado. O Ministério Público chegou a pedir, em janeiro de 2022, que elas fossem devolvidas à África do Sul. Porém, com o passar dos meses, a viagem a um outro continente e a readaptação à vida selvagem poderiam colocá-las em risco.

Com as denúncias, o Ibama também vetou a transferência dos animais para o BioParque, como seria feito originalmente. Agora, o órgão procura um santuário —como são chamados os locais de acolhimento de bichos— dentro do Brasil que possa acolhê-las.

BRIGA JUDICIAL

O inquérito do Ministério Público Federal, com base em documentos do Ibama, aponta que a importação dos animais foi ilegal e baseada em informações falsas. A investigação indica que os empreendedores que trouxeram os animais usaram um "fictício projeto conservacionista para justificar a vinda das girafas, disfarçando assim o intuito comercial da atividade".

O Ministério Público afirma ainda que constava no documento de importação que os animais eram oriundos da vida livre —isto é, eram selvagens e foram capturados. Só essa informação já seria um impeditivo para a importação ao Brasil, pois contraria normas do Ibama.

Soma-se a isso, conforme a denúncia, o uso de documentos no processo de importação que atestavam que o local onde as girafas ficariam confinadas era adequado —o que foi apontado depois, pelos órgãos de fiscalização, que não era verdadeiro.

Em março deste ano, o Ministério Público enviou a denúncia à Justiça Federal do Rio e indiciou quatro pessoas envolvidas no caso.

O diretor de operações do BioParque, Manoel Browne de Paula, e o consultor técnico da empresa, Cláudio Hermes Mass, foram acusados de maus-tratos, de dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público —pela demora em comunicar a morte das três girafas— e de adquirir animais de forma irregular.

Já o analista do Ibama Hélio Bustamante Pereira de Sá e a servidora do Inea Priscila Diniz Barros de Almeida foram indiciados sob suspeita de terem elaborado documentos falsos para viabilizar a importação.

A defesa de Cláudio negou as acusações de maus-tratos e afirmou que o inquérito foi baseado em documentos do Ibama que foram contestados pelo próprio órgão. Também procurada, a defesa de Priscila não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados de Manoel e Hélio.

Em nota, o BioParque afirmou que seguiu rigorosamente as normas brasileiras e sul-africanas para trazer as girafas. A empresa também negou as acusações de que os animais tenham sido retirados da natureza.

"Documentos oficiais emitidos pelo governo da África do Sul atestam que os animais viviam em uma fazenda de manejo sustentável, aprovada pelos órgãos oficiais do país", afirma a empresa.

Já no âmbito da Justiça estadual, corre também um processo para que entidades da sociedade civil possam fiscalizar a situação das girafas e monitorá-las. Hoje, o acesso aos animais é restrito aos técnicos do Ibama e do BioParque.

A ação é movida pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e pela Anda (Agência de Notícias de Direitos Animais). As duas organizações também são signatárias de um abaixo-assinado para que as girafas sejam levadas a um santuário no Centro-Oeste, cujo clima se aproxima mais da savana africana. O documento já tem mais de 24 mil assinaturas.

"Uma girafa pode caminhar por dia 20 km. Elas foram sequestradas ainda bebês e compradas a um preço irrisório de R$ 59 mil. É como pegar um bebê e trancá-lo num quarto para o resto da vida, é esse o sofrimento que essas girafas estão passando", diz a presidente da Anda, Silvana Andrade.

RECIPROCIDADE

Portugal rompe acordo para advogados brasileiros

A Ordem dos Advogados de Portugal (OAP) rompeu, de forma unilateral, o acordo de reciprocidade que facilitava a brasileiros exercer a profissão no país. A decisão, publicada na terça-feira passada, afeta apenas novas solicitações —processos em andamento terão continuidade, e advogados brasileiros que já haviam obtido o registro na OAP poderão seguir atuando normalmente no país europeu.

Presente nos estatutos da entidade portuguesa desde dezembro de 2015, o pacto garantia que advogados brasileiros não precisavam revalidar seus diplomas nem fazer provas adicionais para atuar em território luso, sendo suficiente a inscrição válida e em atividade na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Com o fim da reciprocidade, os brasileiros que desejarem trabalhar em Portugal estarão sujeitos aos mesmos trâmites que se aplicam a advogados estrangeiros de fora da União Europeia.

Em nota, a entidade justificou a mudança afirmando que há "diferença notória na prática jurídica em Portugal e no Brasil" e citando o que seriam "sérios problemas" de adaptação dos profissionais brasileiros.

"Existem sérias e notórias dificuldades na adaptação dos advogados brasileiros ao regime jurídico português, à legislação substantiva e processual e às plataformas jurídicas em uso corrente, o que faz perigar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos portugueses e dos cidadãos brasileiros", diz o texto.

Entre os brasileiros, porém, prevalece a percepção de que a decisão visa a proteger o mercado para os profissionais lusos. Hoje, 9,3% dos advogados registrados no país europeu são brasileiros. No universo dos quase 34 mil profissionais inscritos na Ordem dos Advogados de Portugal, 3.170 são brasileiros.

Advogados brasileiros também afirmam que o caso tem semelhanças com a chamada "crise dos dentistas". No começo da década de 90, diante da chegada de muitos profissionais do Brasil, entidades portuguesas começaram a pressionar pela limitação da atuação clínica de brasileiros no país.

O direito no Brasil, antiga colônia de Portugal, tem uma base comum com o lusitano. As primeiras faculdades de direito em território brasileiro só surgem cinco anos após a Independência, em 1827.

Até aquele momento, a maioria dos bacharéis em direito, juristas e advogados que atuavam no Brasil era formada pela Universidade de Coimbra, em Portugal. As bases comuns são frequentemente evocadas em livros de direito comparado, havendo também um grande volume de pesquisas de mestrado e doutorado –nos dois lados do Atlântico– que se dedicam a esmiuçar semelhanças e diferenças.

Para a OAP, "embora possa ter existido uma matriz de base comum", as diferenças se tornaram demasiadamente profundas. "As diferenças entre os regimes jurídicos dos dois países são cada vez mais gritantes, existindo mecanismos e figuras jurídicas em Portugal que não existem no Brasil e vice-versa."

A representação lusa questiona ainda os mecanismos para assegurar a qualidade do trabalho dos profissionais diante desse cenário. "Como podem as ordens (de Brasil e Portugal) garantir aos cidadãos portugueses e brasileiros que estão assegurados seus direitos, liberdades e garantias se esses profissionais podem se inscrever sem que as ordens verifiquem os seus efetivos conhecimentos?"

O presidente da OAB, Beto Simonetti, afirmou ter sido surpreendido pelo anúncio, embora a intenção de limitar a entrada de profissionais brasileiros já tivesse sido comunicada à instituição em uma reunião em março. Ele prometeu agir para salvaguardar os brasileiros. "A OAB tomará todas as medidas cabíveis para defender os direitos dos brasileiros aptos a advogar em Portugal ou que façam jus a benefícios decorrentes do convênio do qual a Ordem portuguesa está se retirando", afirmou ele no site da entidade.

Ao criticar o teor das reivindicações dos portugueses, Simonetti também se disse contrário a "qualquer mudança que validasse textos imbuídos de discriminação e preconceito". "A mentalidade colonial já foi derrotada e só encontra lugar nos livros de história, não mais no dia a dia das duas nações." Apesar do tom duro da crítica, o presidente da OAB afirma que pretende retomar o diálogo com os portugueses.

Ainda segundo a entidade, advogados portugueses no Brasil inscritos na OAB –cerca de 1.700– poderão continuar trabalhando no país. Novos pedidos, entretanto, serão suspensos.

Em resposta à Folha em dezembro de 2022, o ex-presidente da ordem portuguesa, Luís Menezes Leitão, classificou a reciprocidade de positiva, "tendo surgido apenas algumas dificuldades devido à falta de formação dos profissionais sobre as regras específicas de cada um dos ordenamentos".

Dados do Conselho da Europa são em geral apontados como indícios de uma certa saturação do mercado em Portugal. Em 2020, o país registrava 2,5 vezes a média europeia de advogados. Eram 321,63 profissionais por 100 mil habitantes, enquanto a média do continente era de 134,51.

Impulsionados pelo aumento da imigração brasileira, muitos advogados abraçaram a área do direito migratório de nacionalidade. Também há forte atuação de profissionais em segmentos como direito empresarial e imobiliário, inclusive com escritórios e sociedades inteiramente formados por brasileiros.

"Desqualificaram os profissionais brasileiros para justificar essa discricionariedade", diz a advogada luso-brasileira Raphaela Souza, sócia de um escritório em Lisboa. Nas redes, os profissionais brasileiros têm se mostrado apreensivos quanto a possíveis entraves quando precisarem renovar a cédula profissional.

NO AR

Homem ataca passageiro com garrafa de vidro durante voo

Um homem foi contido por tripulantes de um voo da British Airways após agredir e ferir outro passageiro com uma garrafa de vidro durante viagem na última segunda-feira.

O incidente ocorreu em um voo que havia partido do aeroporto de Gatwick, em Londres, com destino à ilha de Santa Lúcia, no Caribe.

De acordo com informações de jornais locais, após um princípio de desentendimento entre envolvidos, o agressor se dirigiu até o local onde os alimentos são estocados na aeronave e quebrou uma garrafa de vidro.

Em seguida, ele desferiu golpes contra a vítima e precisou ser contido. O homem agredido sofreu ferimentos na região da axila e recebeu os primeiros socorros ainda no avião.

Após o desembarque no destino final, os dois homens foram encaminhados às autoridades locais de Santa Lúcia, ex-colônia britânica. Em nota, a companhia aérea se manifestou sobre o incidente. "Estamos chocados com o fato de alguém agir dessa maneira e somos gratos à nossa tripulação de cabine altamente treinada e aos clientes que os apoiaram no tratamento desse difícil incidente".

DIPLOMACIA

China cancela viagem de chanceler da UE e recebe chefe do Tesouro dos EUA

A China cancelou na terça-feira passada uma viagem do chanceler da União Europeia, Josep Borrell, que estava agendada para a próxima semana, sem dar explicações. Com a visita, a Europa tentaria reduzir os riscos das relações com esse país que já foi definido pelo bloco como "um parceiro para cooperação e negócios, um concorrente econômico e um rival sistêmico".

"Infelizmente, fomos informados pelos homólogos chineses de que as datas previstas na próxima semana não são mais possíveis e que devemos procurar alternativas", disse o porta-voz Nabila Massrali à agência de notícias Reuters em um comunicado.

Em entrevista coletiva ontem, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Wang Wenbin, não deu detalhes sobre as motivações do cancelamento, mas tampouco descartou uma nova tentativa. "Receberemos o representante Borrell na China o mais cedo possível para ambos os lados", disse ele.

O chanceler chegaria a Pequim na próxima segunda-feira para se encontrar com seu homólogo chinês e discutir "questões estratégicas", incluindo direitos humanos e Guerra da Ucrânia, afirmou no domingo passada o embaixador da UE na China, Jorge Toledo. Na mesma ocasião, ele disse que as duas partes teriam diálogos sobre economia e tecnologia em setembro.

Esta é a segunda vez neste ano que uma visita de Borrell para a China é cancelada —em abril, ele não pôde viajar depois de receber um teste positivo para Covid-19. Na época, o chanceler publicou um texto no mesmo dia em que discursaria em Pequim.

"Vai ser extremamente difícil, senão impossível, que a União Europeia mantenha uma relação de confiança com a China se não se verificar ajuda na busca de uma solução política com vista à retirada da Rússia do território ucraniano", escreveu. A China diz querer intermediar a paz no conflito, mas sua proposta de negociação, divulgada em fevereiro, teve respostas mornas tanto da Rússia quanto da Ucrânia.

A viagem à China da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, por outro lado, segue de pé. A primeira visita ao país da ex-presidente do Fed (Federal Reserve), banco central dos Estados Unidos, tentará recalibrar os laços entre as duas maiores economias do mundo —uma promessa que se estende há alguns meses.

Autoridades dos EUA dizem esperar discussões "sinceras" durante a viagem, que começa nesta quinta (6) e vai até o próximo domingo. Na última segunda-feira, Pequim anunciou abruptamente que limitaria as exportações de gálio e germânio, dois metais amplamente usados em semicondutores —dispositivos que seguem escassos devido aos impactos da pandemia. Junto com uma nova lei contra a espionagem, a medida é vista como prejudicial para a indústria americana.

As autoridades de Pequim, por sua vez, estão preocupadas com os planos do governo do democrata Joe Biden de limitar os investimentos das empresas americanas na China —a economia no gigante asiático está se recuperando mais lentamente do que o esperado devido à política de isolamento na pandemia. No ano passado, os EUA também impuseram restrições às exportações de semicondutores e componentes tecnológicos para a China.

A tão esperada viagem de Yellen ocorre semanas depois que o secretário de Estado, Antony Blinken, visitou Pequim e concordou com o líder chinês, Xi Jinping, que a rivalidade dos dois países não deveria se transformar em conflito —as comunicações militares entre as duas nações estão congeladas.